

economia agrícola, nos setores mais importantes, que levam ao aparecimento, em escala maciça, do que podemos chamar de proletário agrícola, o trabalhador que já não reside na propriedade de quem ocasionalmente – o fazendeiro – compra a sua força de trabalho em troca de salário.

O que acontece, então? Com a modernização tecnológica vem simultaneamente a modernização das relações de trabalho. Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1962, os vínculos de trabalho passam a ser contratuais e não mais vínculos de dependência pessoal, de favor. Com essa mudança, a mesma legislação fundiária, o mesmo direito de propriedade que criava excedentes populacionais pobres absorvidos pela grande propriedade, passa a criar excedentes populacionais que não são absorvidos por ninguém. Começa a surgir aí, efetivamente, a cara de excedente populacional dessa massa de população, os excluídos. Ela surge nas favelas, surge nas chamadas beiras de rua das cidades do interior, surge nos aglomerados urbanos de péssimas condições de vida, invasões, cortiços, etc. Surgem até aglomerações urbanas de migrantes temporários, como os cortiços próximos à favela do Jaguaré, em São Paulo. É uma favela enorme cujos habitantes, em parte, vêm do Nordeste por seis meses cada ano para trabalhar na cidade, ganhar algum dinheiro, voltar para casa e sustentar a família. Muitas vezes, os homens fazem essa migração temporária e cíclica unicamente para não ser uma boca a mais na casa de origem. Surge, assim, um enorme problema nacional que é o problema dos excedentes populacionais, a população sobrando, os excluídos, para os quais não existe lugar estável de trabalho e vida, que são absorvidos pela economia marginal e precariamente.

No século XIX, quando os políticos e grandes proprietários de terra e de escravos perceberam que era necessário acabar com a escravidão e mudar as relações de

trabalho, perceberam, também, que era necessário mudar o direito de propriedade. Era necessário fazer o inverso de uma reforma agrária. Nos anos sessenta, deste século, quando a revolução tecnológica impôs mudanças radicais nas relações de trabalho, os proprietários de terra rejeitaram a necessidade de fazer mudanças correspondentes e adaptativas no direito de propriedade. Recusaram-se a fazer a necessária reforma agrária. Selaram, por isso, o destino do país e de todos nós, condenando-nos à modernização inconclusa, a um desenvolvimento econômico excludente e a um modelo político de democracia precária e não participativa.

A esquerda tradicional, leninista, dizia, e por incrível que pareça ainda diz, que esse desenraizamento do trabalhador rural é, na verdade, progressista, um bem, porque cria o operário e, assim, abre caminho para transformar o camponês em cidadão. É rotula de populistas os que se afligem com a enorme miséria e a enorme degradação moral que atinge maciçamente as vítimas desse processo. Só que esses leninistas de manual, que, de modo geral, não conhecem suficientemente o país em que vivem, que não leram Marx nem Lenin, não sabiam, e pelo visto continuam não sabendo, que o mundo mudou enormemente desde os tempos de Marx e Lenin e desde o tempo das primeiras revoluções socialistas. Hoje o mercado de trabalho é muito restrito e seletivo para o volume das massas excedentes de população que estão sendo criadas, sobretudo nos países subdesenvolvidos, como o nosso. Na verdade, essa produção de excedentes populacionais cria uma miséria profundamente desumanizadora, que não politiza nem anima a possibilidade da revolução social. Antes, a freia. Quem estuda problemas sociais como o dos linchamentos, que venho estudando, que são formas patológicas de vida social e de aplicação da justiça, formas negadoras da civilização e da cidadania, observa que elas surgem especialmente associadas aos aglomerados humanos formados pelos desenraizados, expulsos, excluídos.